



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
XIII Curso de Especialização em Relações Internacionais

POBRE ÍNDIA RICA:

A influência do desenvolvimento econômico na sociedade indiana

Juliana Baeza Burali

Orientador: Prof. Dr. Pio Penna Filho

Brasília
2012

Introdução

A Índia tem atraído a atenção do Ocidente nos últimos anos, sobretudo por seu desempenho econômico surpreendente. A média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), desde fins dos anos 1990 até o advento da crise financeira internacional de 2007 era de 8% ao ano¹. É sobre os efeitos dessa abertura econômica que será desenvolvido esse artigo. Nele serão discutidos os efeitos dessa modernização na sociedade indiana e como essas transformações repercutem sobre o desenvolvimento social da população.

Existem divisões entre ricos e pobres, castas altas e baixas, homens e mulheres, que são ainda mais perceptíveis quando dividimos o país em regiões, religiões e culturas. Todos esses contrastes são notados no contexto atual de crescimento da economia do país com o aumento da urbanização e o contato com a globalização.

Com o fim da Guerra Fria as relações entre os Estados se intensificaram, aumentando ainda mais o fenômeno da globalização. A Índia, que até então vivia em um regime relativamente isolacionista, começa a ver a necessidade de se integrar com os outros países e inicia o seu processo de abertura econômica. As reformas econômicas implantadas a partir da década de 1990 provocaram uma ruptura com a política de desenvolvimento econômico adotada nos 40 anos precedentes, durante a era Nehru e pós-Nehru. A mudança nas estratégias de desenvolvimento implantadas nesse período proporcionaram ao país o fortalecimento econômico.

O objetivo inicial deste trabalho é traçar uma retrospectiva histórica dos principais acontecimentos na Índia, desde sua independência, até o início das reformas econômicas de 1991. Independente do Reino Unido, a Índia passou por inúmeras transformações políticas e econômicas. O país adotou uma postura antiliberal, investindo no processo de substituição de importações. Seu primeiro ministro, Jawaharlal Nehru, acreditava que o liberalismo prejudicaria o desenvolvimento comercial do país. Através dos planos quinquenais o Estado aumentou sua intervenção na economia e criou uma indústria de base forte, intensificou o desenvolvimento da siderurgia, a produção de máquinas e equipamentos e os investimentos na agricultura irrigada.

¹<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2011/wp11178.pdf> . Acessado em 26 de Março de 2012

O período de governo de Nehru e de sua filha Indira Gandhi foi marcado por baixas taxas de crescimento econômico. Esses resultados, para os críticos, foram consequência da adoção de políticas econômicas que se caracterizaram por um forte fechamento da economia, pela excessiva regulamentação e forte presença do Estado.

Na década de 1980, com o assassinato de Indira Gandhi, seu filho foi indicado pelo Partido do Congresso para assumir o cargo de primeiro ministro. Em seu governo foi iniciado o processo de abertura econômica, porém este processo somente foi posto em prática de fato em 1991, pelo então Ministro da Fazenda Manmohan Singh.

Com as reformas, o país buscava liberalizar sua economia e incentivar o investimento externo. As transformações ainda em curso têm produzido um profundo impacto no mundo, redefinindo a geografia econômica e influenciando a dinâmica até mesmo dos países mais industrializados. O crescimento da importância da região está diretamente relacionado à explosão indiana com o aumento da população urbana, políticas globalizadas e liberalização econômica.

É sobre os efeitos dessa abertura econômica que será desenvolvido a análise sobre o impacto do desenvolvimento no país. Nele serão discutidos os efeitos do crescimento da economia na sociedade indiana.

1 As transformações econômicas e políticas no pós-independência indiano

A transição para uma República Parlamentar democrática após sua independência do Reino Unido em 1947 transformou a base política e econômica da Índia. O panorama político e econômico do país até os anos 1990 foi marcado por uma sucessão de políticos da família Nehru/Gandhi. Durante esse período foram realizadas tentativas de estabelecer maior igualdade entre o povo indiano, oferecendo uma Constituição composta pelos mesmos direitos para todos e iniciativas para promover uma melhor distribuição de renda, através dos planos quinquenais.

No âmbito político, o país passou pelo processo intenso de democratização com Jawaharlal Nehru se tornando Primeiro Ministro e servindo no período compreendido entre 1947 e 1964.

The patriarch, Jawaharlal Nehru, was one of the two most important leaders of the independence movement, and He also served as Prime Minister during the new country's first, critical years.² (HAUSS, 2006: 343)

Os problemas mais graves da Índia no pós-independência estavam relacionados à superpopulação, fome e pobreza. Nehru desenvolveu uma política apoiada nos ideais socialistas. Assim, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que pregava a democracia com maior participação do povo, defendia também maior intervenção do Estado na economia. O governo adotou planos quinquenais, que dispunham de medidas como: (i) reforma agrária com a doação de terras, e (ii) nacionalização de bancos e companhias de seguro e aviação. Buscou, ainda, fomentar a criação de uma indústria pesada e a expansão da exploração de suas matérias-primas, desenvolvendo simultaneamente a educação e a cultura (POMAR, 2007: 120).

Nehru optou por uma postura antiliberal, investindo no processo de substituição de importações³, pois acreditava que o liberalismo prejudicaria o desenvolvimento comercial do país. “O modelo da Índia antes das reformas era baseado em uma

² Tradução (T.A): "O patriarca, Jawaharlal Nehru, foi um dos dois mais importantes líderes do movimento pela independência, e também foi o Primeiro-Ministro do país durante o novo regime durante os anos críticos."

³ Substituição de importações, segundo a definição clássica de Tavares (1963), é entendida como “modelo de desenvolvimento” dos países “grandes” da América Latina, os quais, sujeitos aos choques adversos deflagrados pela Grande Depressão, foram forçados a fechar-se à concorrência internacional. Nesse sentido, não deve ser confundida com o resultado decorrente da estrutura de incentivos (tarifas de importação, subsídios, taxas de câmbio etc.) favoráveis às atividades domésticas que competem com importações *vis-à-vis* as atividades exportadoras, conceito que, embora também possa ser entendido como substituição de importações, não tem a ver necessariamente com modelo de desenvolvimento.

economia fechada, focado na substituição de importações. Era muito diferente do modelo adotado no resto da Ásia, amparado nas exportações” (MELLO, 2008: 20). O aumento da intervenção do Estado na economia criou uma indústria de base forte, intensificou o desenvolvimento da siderurgia, a produção de máquinas e equipamentos e os investimentos na agricultura irrigada. O caminho utilizado foi o planejamento econômico orquestrado pelo Estado.

Nehru entendia que a sociedade indiana possuía um histórico cultural de opressão entre as castas, no qual o povo passava por problemas extremos de pobreza e miséria vivendo em uma sociedade sem mobilidade social. Assim, Nehru, em meio do processo de revolução política, desafiou a estrutura clássica de castas ao tentar oferecer oportunidades iguais para todos na tentativa de diminuir a disparidade social indiana, alegando que o país não poderia se desenvolver se não passasse por uma transformação cultural (WOODING, 123).

O ideal proposto por Nehru contrasta com a tradição milenar indiana de uma sociedade baseada em uma estrutura de castas rígidas e sem mobilidade apoiada em ideais religiosos. “O governo também procurou superar tabus religiosos, como os das vacas sagradas e das castas, reduzir a ignorância e avançar no rumo de um Estado democrático” (POMAR, 2007: 120). O caminho utilizado foi o planejamento econômico orquestrado pelo Estado.

2. Os Planos Quinquenais: A Busca pelo Planejamento Econômico

Nehru, em 1948, apresentou ao Congresso Nacional Indiano o projeto de criação de Planos de Desenvolvimento, o qual foi aprovado e denominado de Plano Quinquenal.

Em 1950, foi criada a Comissão de Planejamento, que tinha como função formular, executar e acompanhar os Planos Quinquenais, criados com o objetivo de estabelecer metas de crescimento e modernização, assim como políticas sociais, visando à maximização da eficiência na utilização dos recursos disponíveis. É importante ressaltar que a economia indiana seguiu o modelo fechado de desenvolvimento⁴, influenciando na elaboração dos planos quinquenais, até meados da década de 1980.

⁴ Um sistema é denominado fechado quando satisfazem todas suas demandas, ou seja, nenhuma produção entra ou sai do sistema.

O desenvolvimento indiano, após sua independência, pode ser descrito em duas fases distintas. A primeira abrange o período de 30 anos, entre 1950 e 1980, chamada de *Indian version of socialism* (versão indiana do socialismo). A segunda fase iniciada na década de 1980 até hoje, denominada como *Market Experimentation* (Experimento de Mercado), na qual se iniciou a diminuição do papel Estado na Economia.

As analyzed there have been two phases in India's development history since independence. These phases were characterized by two different policy regimes. The period of 30 years from 1950–51 to 1979–80 was the phase of socialist experimentation, in which the "Indian version of socialism" was developed and instituted. The second phase of economic development started at the beginning of the eighties (1980-81) and continues till today. This was the phase of "Market experimentation" in which the oppressive control regime set up during the first phase was modified and physical controls gradually removed.⁵ (VIRMANI, 2006: 9).

O primeiro plano quinquenal foi apresentado ao Parlamento em 8 de dezembro de 1951, cujo "(...) o objetivo principal era acelerar o processo de industrialização, com redução dos desequilíbrios econômicos regionais e sociais" (SOUZA, 2005: 279).

O orçamento total do plano de 206,8 bilhões rúpias indianas (23,6 bilhões de dólares em taxa de câmbio de 1950) foi atribuído a seis grandes áreas: irrigação e energia (27,2 %), agricultura e desenvolvimento comunitário (17,4 %), transportes e comunicações (24%), indústria (8,4%), serviços sociais (16,64%) e outros (6,6%)⁶.

O plano da formação de uma economia fechada foi desenvolvido por Mahalanobis, professor no Instituto de Estatística, que teve como base as idéias do plano desenvolvido por Domer na União Soviética (URSS). "O tom socialista do planejamento indiano, no entanto, dificultou a obtenção de financiamento externo; somente uma pequena parte dos recursos era atendida pelo Banco Mundial." (SOUZA, 2005:279). A meta de crescimento anual foi de 2,1% do PIB e a taxa de crescimento alcançada foi de 3,6%. Durante os primeiros cinco anos do plano, o produto interno líquido subiu 15%.⁷

⁵ Tradução (T.A): Verificaram-se duas fases de desenvolvimento da história da Índia desde a independência. Estas duas fases foram caracterizadas por diferentes regimes políticos. O período de 30 anos a partir de 1950-51 a 1979-80 foi a fase de experimentação socialista, na qual a "versão indiana do socialismo" foi desenvolvida e instituída. A segunda fase do desenvolvimento econômico começou no início dos anos oitenta (1980-81) e continua até hoje. Esta foi a fase do "Mercado de Experimentação", em que o controle opressivo do regime criado durante a primeira fase foi modificado e os controles físicos gradualmente eliminados.

⁶ <http://planningcommission.gov.in/plans/planrel/fiveyr/welcome.html> First Five Year Plan, Planning Commission, Government of India . Acessado em 12 de dezembro de 2011

⁷ Idem

Na ocasião, as monções favoreceram a economia, uma vez que propiciaram um aumento nas colheitas ajudando a impulsionar as reservas cambiais e a renda per capita, que subiu 8%. Muitos projetos de irrigação foram iniciados durante esse período, incluindo a Represa Bhakra e a Barragem Hirakud. A Organização Mundial de Saúde (OMS), em conjunto com o governo, desenvolveu políticas que contribuíram para a redução da mortalidade infantil.

No final do período do primeiro plano quinquenal, em 1956, foram criados cinco novos institutos tecnológicos indianos, os *Indian Institute of Technology* (IITs)⁸, e novas universidades para fortalecer o ensino superior. Além disso, houve a criação de cinco fábricas de aço, porém estas instalações só chegaram a existir a partir do plano quinquenal seguinte.

O foco do segundo plano quinquenal (1956 – 1961) foi a solidificação da indústria pesada. “(...) grande ênfase foi colocada no desenvolvimento da indústria pesada, como aço, máquinas e equipamentos, cimento, produtos químicos; (...)” (SOUZA, 2005: 279). O plano tentou determinar a melhor alocação de investimentos entre os setores produtivos, a fim de maximizar o crescimento econômico a longo prazo, assumindo uma economia fechada, na qual a principal atividade comercial seria a importação de bens de capital. Novas usinas hidrelétricas e siderúrgicas foram criadas aumentando a produção de carvão.⁹

O terceiro plano quinquenal (1961 – 1966) teve como foco o desenvolvimento dos setores relacionados a transportes e comunicação, indústria, agricultura, irrigação e energia. No entanto, alguns empecilhos durante esse período, como a guerra sino-indiana, em 1962, e a Guerra contra o Paquistão, em 1965, deslocaram os recursos que seriam investidos nesses setores para a área de defesa nacional. Além das guerras, a suspensão da ajuda externa gerou o desequilíbrio da balança comercial, dando início a uma crise inflacionária que acarretou o insucesso do segundo Plano Quinquenal. (JHINGAN, s/d: 526)

3. O Governo de Indira Gandhi e o Período Rajiv: Início da Abertura Econômica

Após o falecimento de Nehru em 1964, foi nomeada pelo sucessor de seu pai, Lal Bahadur Shastri, Ministra da Informação e Radiodifusão. Com a morte repentina de

⁸ “Nehru deixou uma herança preciosa na Índia. Ele criou as universidades de elite de engenharia, os *Indian Institute of Technology*, de onde saem hoje os gênios indianos de *software*.” (MELLO, 2008: 74)

⁹ <http://planningcommission.nic.in/plans/planbody.html> - acessado em 21 de janeiro de 2012

Shastri em 1966, o então presidente do Partido do Congresso Nacional Indiano, K. Kamaraj, indicou Indira para assumir o cargo de Primeira-Ministra.

Indira Gandhi adotou medidas de liderança autoritárias logo que assumiu. Entre 1966 e 1969, foram realizados planos anuais e a maior preocupação era estabilizar a economia, preparando-a para o quarto plano quinquenal¹⁰.

A Índia, na década de 1970, continuou a restringir os investimentos estrangeiros em seu território, optando claramente pela produção de bens internamente, mesmo que o custo fosse muito maior do que os produtos estrangeiros. A indústria nacional, apesar da pouca competitividade, passou a reforçar a base lentamente¹¹.

O quarto plano quinquenal (1969 – 1974), desenvolvido por Indira Gandhi, nacionalizou 14 grandes bancos e promoveu a Revolução Verde, avançando os investimentos na agricultura. A estratégia era continuar a ênfase na agricultura irrigada e produção de alimentos (SOUZA, 2005: 280).

Reeleita em 1971, a Primeira-Ministra anunciou uma série de novas medidas econômicas. Terras foram doadas aos camponeses, minas foram nacionalizadas e foram criados novos impostos sobre o desenvolvimento rural e industrial. Esse foi o quinto plano de cinco anos, que visava autossuficiência agrícola e a defesa nacional.

Em 1984, a Primeira-Ministra foi assassinada por integrantes Sikhs de sua própria guarda como represália à decisão de usar o exército indiano para expulsar radicais Sikhs armados do Templo Dourado de Amritsar (POMAR, 2007: 121). Seu filho, Rajiv Gandhi a sucede como Primeiro Ministro Indiano.

Logo após a morte de Indira Ghandi, Rajiv Ghandi foi indicado pelo Partido do Congresso a assumir o cargo de Primeiro-Ministro. Ele implementou novas políticas, mais pragmáticas. O investimento estrangeiro e o uso de tecnologia moderna foram encorajados, as restrições de importação abrandadas e muitas novas indústrias criadas. Estas medidas certamente projetaram a Índia nos anos 90, tirando-a do isolamento.

¹⁰ Em 1965, pode-se identificar um intervalo nos planos quinquenais, devido a uma ruptura do modelo de substituição de importações, uma vez que ocorreu a diminuição na quantidade de importações, dificultando novas substituições. (SOUZA, 2005: 280)

¹¹ A Índia participou ativamente na criação do G-77 em 1963, a fim de melhorar os níveis de empenho e participação internacional dos países em desenvolvimento, particularmente no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas. A UNCTAD foi criada em 1964 como meio de os países em desenvolvimento estabelecerem um fórum permanente para resolver as suas necessidades de comércio internacional. Em 1968, o G-77, então liderado pela Índia, foi capaz de garantir uma importante regra no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), em que os países em desenvolvimento teriam direito a tratamento diferenciado.

O modelo econômico de industrialização por substituição de importações do “socialismo” indiano, e sua diplomacia neutralista e terceiro mundista, bem como a aliança estratégico com a URSS, se enfraqueceram nos anos 80 do século passado e inviabilizaram com o fim da Guerra Fria. (VISENTINI&PEREIRA, 2008:44)

É importante destacar que a expansão econômica foi lenta antes da década de 1980, especialmente se comparada ao desempenho das economias do sudeste asiático, como Coréia do Sul e Taiwan. Após o início do crescimento na década de 1980, a Índia melhorou seu desempenho no Produto Nacional Bruto (PNB) e também no Produto Interno Bruto (PIB), além de redução das taxas de pobreza (SEN, 2005: 196).

O começo da abertura econômica se deu na década de 1980, iniciada por Indira Gandhi e seguida por Rajiv Gandhi. Durante os dois governos foram introduzidas novas diretrizes econômicas. O objetivo amplo das mudanças era afastar-se de regulamentações diretivas, priorizando os incentivos de mercado e instrumentos indiretos de políticas de preferências a controles físicos diretos.

As restrições à utilização e expansão de capacidades industriais e o controle de preços foram relaxados. Os limites quantitativos para as importações foram substituídos por tarifas, com o intuito de expor a indústria nacional a uma parcela razoável de concorrência externa (SHIHAI, 1997: 281).

Rajiv incrementou o apoio do governo à ciência, tecnologia e indústrias. Reduziu, ainda, as quotas de importação e taxas sobre indústrias baseadas na tecnologia, especialmente computadores, companhias aéreas, defesa e telecomunicações. Em 1986, Rajiv anunciou a Política Nacional de Educação para modernizar e expandir os programas de ensino superior em toda a Índia.

O modelo de desenvolvimento econômico adotado na década de 1980 era baseado num rápido crescimento industrial e agrícola, autonomia econômica e redução da pobreza e das desigualdades na distribuição da riqueza. A economia indiana, nesse período, passou a atingir altas taxas de crescimento. Esse fenômeno esteve diretamente condicionado às políticas fiscais adotadas pelo governo durante a década, nas quais passou a ter uma estratégia de proteção e intervenção estatal. “O crescimento do PIB subiu de 3,6 % ao ano, que já persistia há muito tempo (1965-1980), para 5,5 % (1980-1990).” (SHIAI, 1997: 281)

Pode-se verificar, conforme demonstra o quadro 3.1, as principais metas do plano de reformas durante o governo de Rajiv:

Quadro 3.1: As reformas econômicas do período de 1985-1990

Medidas	
Licenciamento industrial	*O aumento do número de indústrias isentas do regime, de 25 em 1985 para 31 em 1990; *Permissão para aumento de capacidade potencial em até 133% do máximo de capacidade utilizada alcançando em qualquer dos cinco anos anteriores a 1986.
Licenciamento importações	*Aumento do número de itens de bens de capital incluídos na lista de Licenciamento Geral Aberto (isenção do regime de licenciamento de importações), de 1007 itens em 1987, para 1170 em 1988, e 1329 itens em 1990; *Aumento do número de itens de bens de capital incluídos na lista de Licenciamento Geral Aberto, de 620 itens em 1987 para 949 em 1988; * Cobertura das importações isentas do regime de licenciamento em 1988: 30% do valor total das importações
Direito de monopólio público nas importações	*Redução expressiva dos direitos de monopólio do governo na importação de itens estratégicos; *Cobertura total da participação de importações sujeitas a direitos de monopólio no valor total importado: 27% em 1987 (contra 67% em 1981)
Incentivos à exportação	* Permissão para aumentar o valor dos itens importados destinados à exportação *Isenção de até 100% (em 1988) de tributos incidentes sobre lucros derivados na exportação. *Redução das taxas de juros incidentes nos financiamentos às exportações; * Garantia de manutenção dos incentivos concedidos à exportação por período mínimo de três anos.
Mini reforma tributária	*Modificação do sistema de tributação sobre insumos produzidos no país ou importados para quase todos os segmentos manufatureiros (exceto derivados de petróleo, fumo e têxteis), acarretando uma expressiva redução da incidência de impostos, e, portanto, do custo de produção industrial.

Fonte: Nassif 2008

O resultado dessa política gerou uma inflação nos preços dos produtos que, até a década de 1980, eram controlados. O crescimento da economia fez com que aumentasse a demanda por produtos importados, como, por exemplo, o petróleo, obrigando o país a usar suas reservas para atender à demanda e aumentando a dívida externa.

O déficit bruto do governo era de 8,2 % do Produto Interno Bruto durante a segunda metade dos anos 80 (...) O déficit fiscal tinha que ser coberto com empréstimos. Como resultado, a dívida interna do governo aumentou rapidamente, passando de 35 % do PIB no final de 80-81 para 53 % em 90-91. (SHIAI, 1997: 282).

Figura 3.2: Receitas, Despesas e Saldos Fiscais Consolidados na Índia no Período 1980-1990

<i>Período</i>	<i>Receitas/PIB</i>	<i>Despesas/PIB</i>	<i>Saldos Fiscais/PIB</i>
1980	11,8	18,3	-6,5
1981	12,3	17,8	-5,5
1982	12,6	18,6	-6,0
1983	12,3	18,7	-6,4
1984	12,7	20,3	-7,6
1985	13,8	22,3	-8,5
1986	14,4	23,7	-9,3
1987	14,4	22,8	-8,4
1988	14,1	22,2	-8,1
1989	14,8	22,7	-7,9
1990	13,5	22,6	-9,1

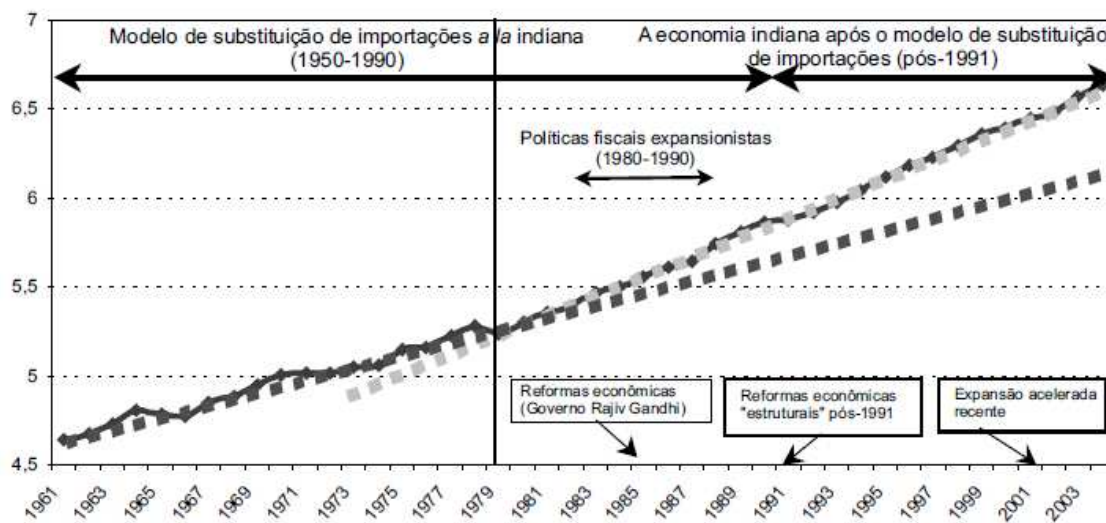
Fonte: *in* Nassif, 2008

A crise financeira de 1991-92 reduziu as reservas para US\$ 1,1 bilhão, quantidade insuficiente para financiar duas semanas de importações. A credibilidade internacional indiana foi reduzida e o crédito estrangeiro cortado. A inflação aumentou ainda mais durante essa época, ascendendo a 11,2% ao ano (SHIAI, 1997: 282).

Em 1989, Rajiv Gandhi renunciou ao cargo de Primeiro Ministro, quando seu partido perdeu a maioria no Congresso. Em meio à campanha política em 1991, teve um destino parecido com o da mãe, ao ser assassinado na região de Tamil Nadu por uma partidária dos Tigres Tamil de Sri Lanka, matando outras 16 pessoas em 1991 (POMAR, 2007: 122).

A figura 3.3 demonstra que o crescimento mais significativo da economia na década de 1980 deve ser atribuído, sobretudo, às políticas fiscais expansionistas e a outras políticas de estímulo à demanda agregada, das quais resultaram déficits crescentes (e insustentáveis) em conta-corrente. O crescimento sobre a base sustentável, a partir de 1992, não deve ser atribuído apenas aos impactos positivos decorrentes das reformas econômicas liberalizantes introduzidas antes e depois desse período (em 1985, no governo Rajiv Gandhi e as reformas estruturais pós-1991), mas à combinação destas com a implementação de políticas governamentais claramente orientadas ao desenvolvimento econômico do país (NASSIF, 2008: 9).

Figura 3.3: Desempenho do PIB Real da Índia (1961-2005)



Fonte: *in* Nassif, 2008

4. As Reformas de 1990 e o Caminho para uma Economia “Moderna”

Na década de 1990, o governo indiano começou a adotar uma série de reformas econômicas em resposta à crise, dando início ao processo de liberalização. Tais reformas econômicas prepararam o país para competir no mercado globalizado e evidenciaram como o Estado forte pode ter um papel relevante no desenvolvimento. No seu discurso de apresentação ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em 27 de agosto de 1991, o Ministro das Finanças Manmohan Singh, principal responsável pelas reformas econômicas, afirmou:

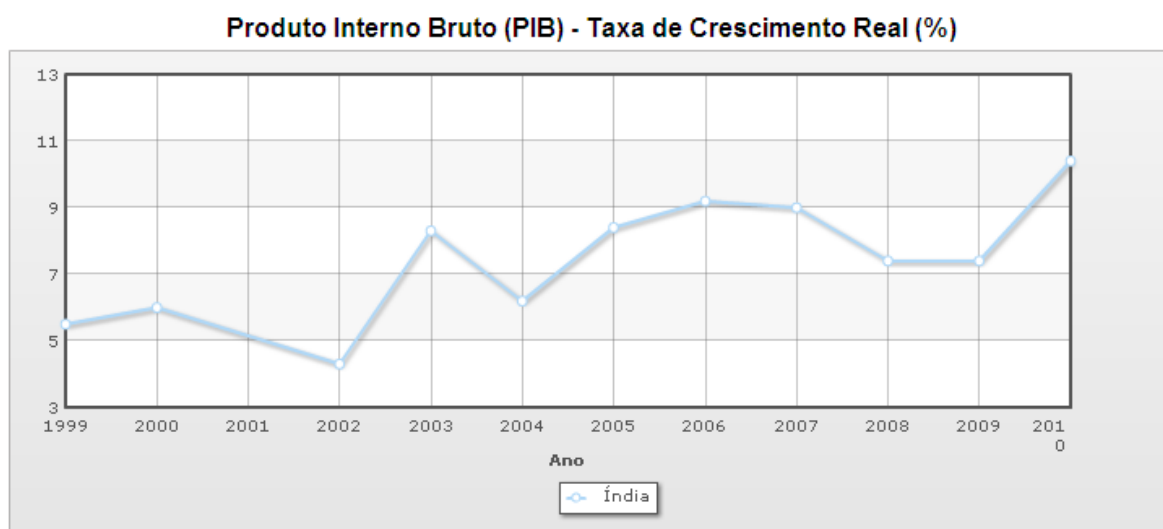
(...) o ponto de partida para a administração da economia, e na realidade o centro de nossa estratégia, deve ser um ajuste fiscal digno de confiança e estabilização macroeconômica (...) O impulso será o propósito de aumentar a eficiência e a concorrência internacional da produção industrial, de utilizar o investimento e a tecnologia estrangeira numa escala muito maior do que no passado de melhorar o desempenho e racionalizar a esfera de ação do setor público, além de reformar e modernizar o setor financeiro para que ele possa satisfazer às necessidades da economia com maior eficiência. (SINGH *in* SHIAI, 1997: 283).

Ademais, Singh, também enfatizou a necessidade de uma reforma político-administrativa com fins de eliminar o desperdício e a ineficiência para acelerar o crescimento econômico.

A reforma econômica introduzida por Singh para evitar o aprofundamento da crise era composta por um aperto fiscal, desvalorização da moeda e política monetária restritiva, o que ensejou em pouco tempo superávits comerciais, recuperação das reservas e redução, por um breve período das atividades industriais. Dentro do planejamento de abertura econômica foram propostas medidas como privatizações, liberalização financeira, abertura comercial, reformas trabalhistas, desregulamentação, dentre outras, que faziam parte dos planos de abertura econômica adotados noutros países.

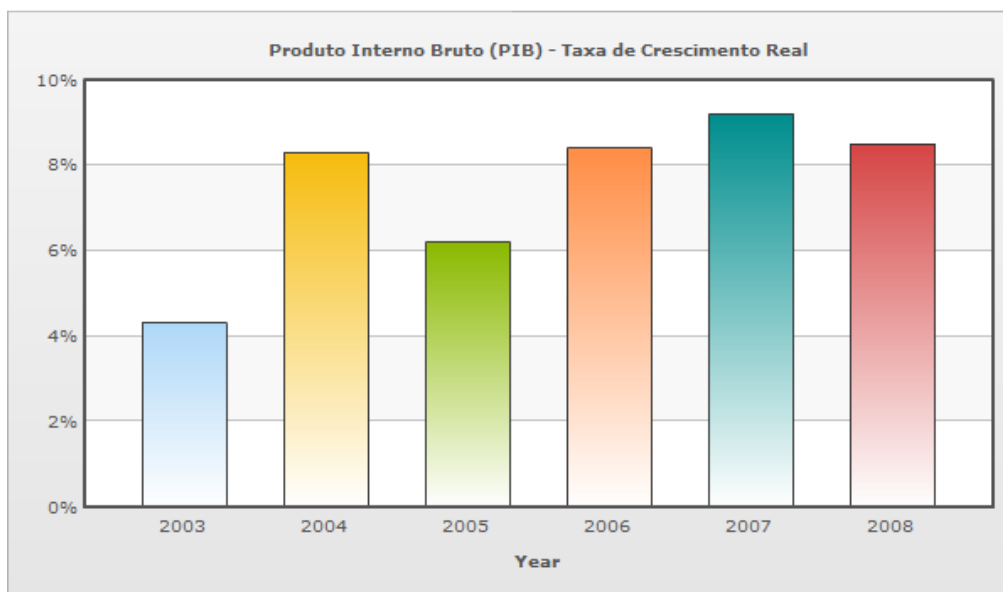
O resultado, em termos de crescimento do PIB foi positivo. As medidas adotadas na década de 90 serviram para acelerar o crescimento do país, que tem uma média de mais de 7% ao ano desde 1997.¹² Tal desempenho só foi inferior, no mesmo período, à China. Para os anos que seguiram, melhorou muito, conforme a figura 4.1 abaixo:

Figura 4.1: A Evolução do PIB indiano, anos selecionados



Fonte: CIA World Factbook

¹² <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/in.html> - Site acessado em 5 de março de 2012



Fonte: CIA World Factbook

O expressivo desempenho da economia indiana deveu-se, sobretudo ao setor de serviços, que tem sido responsável, nos últimos anos, por mais de 50% do resultado do PIB, como pode ser constatado na tabela 4.2 abaixo:

Tabela 4.2: Produto Interno Bruto real por setor

	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
<u>Agricultura</u>	21.0	19.2	18.8	18.3	17.8
<u>Indústria</u>	26.2	28.2	28.8	29.3	29.4
<u>Serviços</u>	52.8	52.6	52.4	52.4	52.8

Fonte: Economist Intelligence Unit

Houve também extraordinário desempenho no comércio exterior. A abertura comercial do início da década de 1990 foi formada por medidas referentes: (i) à quebra do monopólio estatal de importação de 55 produtos, com exceção à importação de petróleo e produtos agrícolas; (ii) ampla reforma tarifária na dispersão das alíquotas aduaneiras; e (iii) drástica diminuição no número de bens cuja importação estava sujeita a restrições quantitativas ou outras barreiras não-tarifárias¹³ (CRUZ, 2007: 17). Entre 1990-1991 e 1997-1998, a tarifa máxima caiu de 355% para 45% e a tarifa média ponderada de 87% para 25,4%, no mesmo período (SRINIVASAN, 2003: 20).

As barreiras tarifárias nos dois primeiros anos de reformas foram praticamente extintas para importações de matérias-primas industriais, insumos, componentes e bens de capital (AHLUWALIA, 2000:12), afetando 93% dos bens comercializáveis no período anterior à reforma, incidindo sobre cerca de 20% deles dez anos depois.¹⁴

Com o propósito de impulsionar a indústria, o país adotou uma série de mudanças para torná-la mais eficiente, produtiva e competitiva. As principais mudanças foram feitas nas seguintes áreas:

1. A exigência de licenças industriais foi abolida para, aproximadamente, 80 % das indústrias, mantendo apenas tais exigências para 15 indústrias de caráter estratégico.
2. A *Monopolies and Restrictive Trade Practices Act* – MRTP (Lei dos Monopólios e das Práticas Comerciais Restritivas) foi emendada com o fim de eliminar a necessidade prévia de aprovação para fusão ou diversificação das empresas. Assim, as companhias indianas poderiam fortalecer-se para competir eficazmente nos mercados internacionais. (SHIHAI, 2007: 284)
3. Permitiu-se o maior investimento do setor privado em indústrias essenciais e básicas, reduzindo as áreas antes reservadas exclusivamente para investimento do setor público.
4. A carga tributária foi reduzida e a burocracia simplificada. (SHIHAI, 2007: 285)

Outras iniciativas foram tomadas no que tange à política comercial até então adotada, com o objetivo de fomentar um ambiente que estimulasse as exportações e aumentasse o grau de abertura econômica, a fim de tornar a indústria mais competitiva ante as demais indústrias internacionais.

1. A rúpia foi desvalorizada e as taxas de câmbio passaram a ser controladas pelo mercado.
2. Foram eliminadas, em grande parte, as restrições quantitativas das importações.

¹⁴ http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_ceri/boletim/boletim7/04_India.pdf - Site acessado em 3 de março de 2012

3. O Licenciamento Antecipado às exportações foi simplificado. Com isso, o acesso dos exportadores a insumos importados foi facilitado. (SHIHAI, 2007: 285)
4. O setor público reduziu o controle, tanto para exportações como importações.
5. Foram eliminados os subsídios à exportação.
6. Abolição quase completa das barreiras não tarifárias para matérias primas-industriais, insumos e componentes de bens de capital.

Em que pesem todos os avanços mencionados, a Índia ainda é classificada entre os países com maior proteção tarifária do mundo. Muitas destas barreiras foram quebradas em função da Organização Mundial do Comércio (OMC), da qual a Índia é membro desde 1995.

O comércio internacional indiano se encontra em fase de expansão. De 1970 a 1985, as importações e exportações praticamente dobraram. Segundo Barbosa e Souza (2008: 28):

Nos anos 2000, as exportações cresceram 14% ao ano, contra 7,3% na década de 1990. No mesmo período, as importações passaram de uma taxa de crescimento de 9,9% ao ano para 16,6%. Entre 2000/06 as exportações cresceram 179%, contra mais de 200% para as importações. Mesmo assim, entre os países asiáticos, a Índia é o menos aberto ao exterior.¹⁵

Como proporção do PIB, a participação das exportações, que havia crescido de 5,8 % em 1990-91 para 12,2 % em 2004-05, cresceu ainda mais, para 13,1 % no período 2005-06. O correspondente aumento das importações foi de 8,8 % em 1990-91 para 17,1 % em 2004-05 e mais de 19,5 % em 2005-06. Assim, o déficit comercial, como proporção do PIB, que tinha diminuído de 3,0 % em 1990-91 para 2,1 % em 2002-03, aumentou para 4,9 % em 2004-05 e mais de 6,4 % em 2005-06.¹⁶

Atualmente, o comércio exterior do país representa uma pequena parcela do PIB, de cerca de 10%. Os principais itens exportados são: produtos têxteis, jóias e pedras preciosas, químicos, manufaturados de couro e produtos agrícolas que possuem pequeno valor agregado como chá, juta e algodão. Os principais compradores são os EUA, China, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Hong Kong e Alemanha. Os principais produtos importados são: petróleo, maquinários, pedras preciosas,

¹⁵ <http://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/739/769> - Site acessado em 03 de março de 2012

¹⁶ http://business.gov.in/indian_economy/eco_indicators.php - site acessado em 04 de Março de 2012

fertilizantes, químicos. Os principais países fornecedores são EUA, Bélgica, China Cingapura, Austrália, Reino Unido e Alemanha.¹⁷

Paralelamente a essas novas políticas industriais e comerciais, também têm sido adotadas medidas para incentivar o investimento estrangeiro direto (IED) no país. Abandonou-se a exigência de transferência de tecnologia e de desempenho exportador em projetos de associação de empresas estrangeiras com indianas para incentivar esses investimentos.

Além dessas mudanças, podem-se observar outras modalidades de incentivo ao IED no país.

“Com o intuito de estimular o investimento estrangeiro, o teto para capital estrangeiro em companhias com sede na Índia foi aumentado de 40 para 51 %, com exceção de alguns setores de bens de consumo e baixa tecnologia.” (SHIHAI, 2007: 285)

Mesmo que o país tenha liberalizado a entrada de IED, a liberalização da conta de capitais de curto prazo tem sido feita moderadamente para ajudar na manutenção da estabilidade cambial e evitar a supervalorização da rúpia e, assim, reduzir a vulnerabilidade externa da economia contra choques internacionais, além de preservar a competitividade internacional e assegurar as elevadas taxas médias anuais de crescimento do PIB real nas últimas décadas. (NASSIF, 2008: 16)

O setor de serviços cresceu cerca de 9% ao ano, durante a década de 1990, formando cerca de 60% do crescimento total da economia. Ele tem sido o motor que tem impulsionado o crescimento, sendo o maior componente e com o melhor desempenho. Destaca-se o setor de Tecnologia da Informação (TI), que contou com intensas pesquisas e avanços. A contribuição da indústria de TI para o PIB passou de 1,2% em 1998/99 para 5,2% em 2007/08. Os mercados mais importantes para essa indústria são os EUA que absorvem, aproximadamente, 70% das exportações de *software*, seguidos pela Europa, que retém cerca de 25% desse mercado. Os ramos de telecomunicação, finanças e restaurantes também cresceram em ritmo superior ao PIB (WORLDBANK, 2006: 5).

Uma das vantagens da Índia é o grande número de trabalhadores com boa educação, fluência em língua inglesa e que se destacam na área de informática, particularmente na produção de *software*. Diante da importância dos serviços na economia indiana, torna-se evidente o crescimento setorial desigual dessa economia. No

¹⁷ http://www.spchamber.com.br/html/ch_evento_pol_rep_india.html - site acessado em 04 de Março de 2012

Country Profile feito pela revista *The Economist* sobre a Índia em 2008, fica explícita a idéia da dualidade da economia indiana entre o setor de serviços e o setor agrícola:

India is a two-tier economy, with cutting-edge and globally competitive knowledge-driven services sector that employs the brightest of middle classes on the one hand, and sprawling largely rain-fed agricultural sector that employs the majority of the vast and poorly educated labor force on the other.¹⁸

O fraco desempenho do setor agrícola, que emprega 2/3 (dois terços) da população indiana, vem causando preocupação. Na década de 1990, o setor primário cresceu 3,3% ao ano, em média, contra 2,3% entre 2002/07. Uma das causas é o baixo crescimento da produtividade agrícola (World Bank, 2006: 6). Segundo o referido *Country Profile*, a queda de produção do setor agrícola dos últimos anos pode repercutir na segurança alimentícia do país.

The agriculture sector strengthened in the post-reform period from 92/93 to 96/97, with average around 4.7%, up from an average of 3.6% in the 80. However, since 2000 growth has averaged around 2% half the rate the government has said is required to sustain real GDP growth of 9% higher. The spike in food prices in 2008 has highlighted the need for India to invest more in the sector to assure its food security.¹⁹

O setor industrial vem passando por um processo de reestruturação e consolidação, após a liberalização econômica. As indústrias têm atendido as reformas por meio de fusões e aquisições, adoção de medidas de redução de custos, investimento externo, desenvolvimento tecnológico e aperfeiçoamento de setores como cimento, aço, alumínio, fármacos e automóveis. O setor industrial cresceu 5,7% anualmente, na década de 1990, e 7% entre 2000/07. Neste último período, a indústria cresceu substancialmente, atingindo 7,5% em 2004/05. Mesmo assim, a participação na renda nacional se manteve constante em cerca de 20% apenas. Entre 2004/07, a participação da agricultura no PIB caiu de 20,2% para 18,5%, enquanto o setor de Serviços subiu de 60,2% para 61,8% (Reserve Bank of India, 2007: p.17).

¹⁸ Tradução (T.A.): A Índia é uma economia de dois níveis, com o setor de serviços avançado e competitivo globalmente, que, de um lado, emprega a parte da população mais brilhante da classe média, por outro lado, o setor agrícola que emprega a maior parte da população, que é uma força de trabalho vasta e pouco educada.

¹⁹ Tradução (T.A.): O setor agrícola se fortaleceu no período pós-reforma a partir de 92/93 a 96/97, com média em torno de 4,7%, ante uma média de 3,6% na década de 80. No entanto, desde 2000, o crescimento foi baixo atingindo a média de cerca de 2%, a metade da taxa que o governo disse que seria necessária para sustentar o crescimento real do PIB superior a 9%. O aumento de preços dos alimentos em 2008, sublinhou a necessidade da Índia de investir mais nesse setor para garantir a sua segurança alimentar.

A Índia tem-se destacado internacionalmente nos setores de média e alta tecnologia, particularmente na indústria de veículos de duas rodas, farmacêutica e tecnologia da informação. As indústrias de TI demonstram avanços no que tange à geração de tecnologia, atração de capital estrangeiro e por serem a principal fonte explicativa do crescimento econômico recente. (NASSIF, 2008: 16).

Para que a Índia atinja níveis ainda mais elevados de desenvolvimento, há dois principais obstáculos: (i). desequilíbrio fiscal, uma vez que, de acordo com o Banco Central da Índia, no ano fiscal de 2008-2009, os déficits nominais e a dívida pública representam cerca de 4,6% e 73,4%, respectivamente, do PIB indiano. (NASSIF, 2008: 20) e (ii) os ganhos de produtividade dos setores de serviço e indústria. Estes têm concentrado, a partir de 1991, cerca de 60% e 25% respectivamente do crescimento anual do PIB. No entanto, o setor agrícola representa apenas 14,6% do PIB e absorve 60% da população economicamente ativa, causando um problema de natureza estrutural na distribuição de renda. (NASSIF, 2008: 20).

A maioria do território agrícola do país é constituído por famílias que dependem da agricultura de subsistência, e muitas vivem abaixo da linha da pobreza. “Cerca de 90% das propriedades rurais têm 1 e 2 hectares, onde produtores se dedicam à agricultura de subsistência.”(MELLO, 2008: 61). Segundo a revista *The Economist*: “India has some of the poorest human development indicators in the world, particularly in rural areas.”²⁰

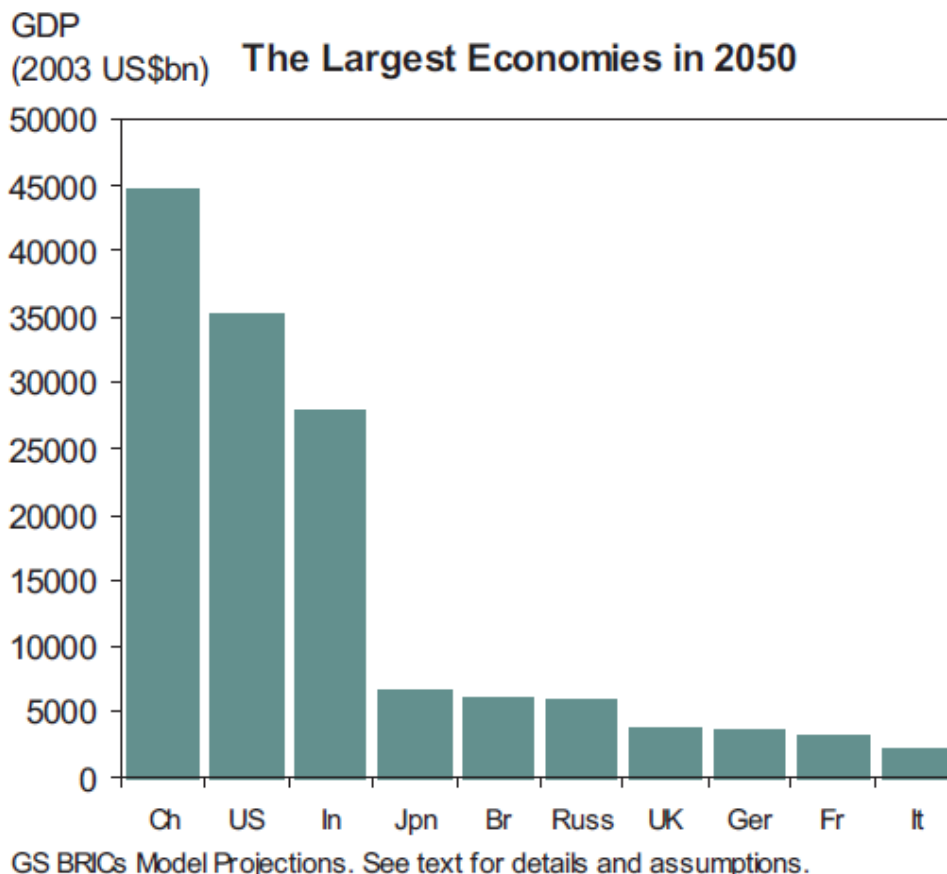
A produtividade agrícola caiu muito no período entre 1998 e 2008. “Atualmente a agricultura está estagnada, cresce bem menos que os setores de indústria e serviços. A economia vem crescendo a 7%, 8% ao ano, mas a agricultura cresce a 2,5% em média.” (MELLO, 2008: 61). Para que a Índia mantenha sua taxa de crescimento do PIB, a agricultura precisa crescer pelo menos 4%.

No que se refere a indicadores sociais, também se verificaram avanços possíveis de serem quantificáveis. Através do relatório elaborado em 2001 pela Goldman Sachs, *Building Better Global Economic Brics*, no qual Brasil, Rússia, Índia e China, possuem economias com índices de desenvolvimento parecidos, podem chegar a 2050 entre as principais economias do mundo.

²⁰ Tradução (T.A.): A Índia tem um dos mais pobres indicadores de desenvolvimento humano no mundo, particularmente nas áreas rurais.

In this piece, we gauge just how large a force the BRICs could become over the next 50 years. We do this not simply by extrapolating from current growth rates, but by setting out clear assumptions about how the process of growth and development works and applying a formal framework to generate long-term forecasts.²¹

Figura 4.5: Maiores economias em 2050



Fonte: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/99-dreaming.pdf> - Site acessado em março 2012

A previsão que a Goldman Sachs faz para a Índia é de que nos próximos trinta anos, a Índia apresentará taxas de crescimento potencial de 5,8% ao ano.

O crescimento que atualmente a economia da Índia apresenta é desejável e, como visto, significa inclusive evolução nos indicadores sociais. O processo de modernização do país está claramente descrito nas transformações do deslocamento de fatores de estratificação social do setor rural para o urbano. Bradnock descreve brevemente em seu livro o processo e impactos do êxodo rural no país indiano. “(...) o

²¹ <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/99-dreaming.pdf> - Site acessado em março 2012. Tradução livre (T.A): Nesta peça, nós analisamos como é grande a força dos Brics, e o que eles podem se tornar nos próximos 50 anos. Fazemos isso não apenas por especulação das taxas de crescimento atual, mas pelo estabelecimento de pressupostos claros sobre como o processo de crescimento e de desenvolvimento do quadro formal gera previsões em longo prazo.

crescimento da população e as migrações rurais-urbanas tem contribuído para o rápido crescimento de todas as áreas urbanas o que veio a transformar as cidades maiores da Índia em alguns dos centros de maior concentração populacional do mundo.”(BRADNOCK, 1996: 140).

Paradoxalmente a modernização do país que se destaca pela da razão científica - a Índia é o país que mais exporta cérebros e produz conhecimento sobre novas técnicas de informação - , o sistema de castas²² ainda mantêm em algumas regiões a tradição secular de estratificação social, mesmo com a abolição desse sistema na Constituição em 1949, grande parte da população indiana não mudou seus costumes. Nas cidades mais desenvolvidas economicamente como Nova Delhi, Mumbai e Calcutá já se percebem uma maior mobilidade entre as castas; porém nas regiões rurais, ou seja menos desenvolvidas economicamente,o sistema de castas ainda é visto como um dogma.

Com o avanço tecnológico proporcionando maior possibilidade de transporte e comunicação, foi intensificado o processo de migração da população indiana para as cidades em busca de trabalhos e educação. A mobilidade social passou a se tornar mais flexível diluindo as barreiras impostas pelo sistema de castas. O aumento de oportunidades de trabalho, fez com que emergisse uma classe média indiana. “Mesmo que a pobreza ainda assuma proporções epidêmicas, a classe média indiana tem 300 milhões de pessoas – que falam inglês, têm um alto nível educacional e consomem cada vez mais.” (MELLO, 2008: 24) Um estudo da consultoria McKinsey Global Institution²³ estima que em 2025 a classe média indiana será de aproximadamente de 583 milhões, ou seja, equivalente a três vezes a população brasileira.

A desigualdade no país continua altíssima, mas mesmo assim o surgimento da nova classe média indiana atrai milhares de marcas e empresas do mundo com o objetivo de ganhar mercado consumidor. “Mais de 28% do 1,1 bilhão de indianos vivem com menos de US\$ 1 por dia, muitos sem luz elétrica ou esgoto. (...) Mas como a

²² O sistema de castas foi abolido na Constituição Indiana de 1949 dois anos após a independência do país. Nehru acreditava que a participação ajuda o homem a ser ele próprio, a tomar decisões por conta própria e a alcançar sua plena estatura enquanto homem, e que para isso acontecer todos deveriam ter os mesmos direitos perante a lei.²² A participação da população faz com que se criem novos princípios relacionados desenvolvimento social indiano, tais como valores democráticos e conseqüentemente de igualdade de oportunidade. Porém essas transformações políticas questionam diretamente tradições culturais do país. Segundo Voladin, “(...) essa nova ordem não se implanta facilmente em uma sociedade formada por castas, pré-industrial e hierarquizada.” (VOLADIN, 1996: 26).

²³ http://www.mckinsey.com/Insights/MGI/Research/Asia/The_bird_of_gold - Acessado em 26 de março de 2012

economia do país vem crescendo a 8%, principalmente por causa da indústria de TI e da terceirização, uma enorme classe de consumidores está emergindo” (MELLO, 2008: 80).

O número de famílias indianas com renda acima de US\$ 250 mil por ano dobrou nos últimos cinco anos. (MELLO, 2008:81). “Os indianos gastam cerca de 14,4 bilhões em artigos de luxo por ano. A Louis Vuitton e suas inconfundíveis bolsas chegaram à Índia em 2002. Outros tradicionais produtos de luxo, como bolsas Fendi, os relógios Tag Heuer e maquiagem Christian Dior, também já entraram no mercado indiano.”(MELLO, 2008: 81)

A televisão esta desenvolvendo um papel importante para a disseminação de valores ocidentais. Até 1991, havia apenas um canal de televisão, o DoorDarshan, que era estatal, a partir desse ano a CNN e a MTV chegaram no país. A explosão da televisão ocorreu paralelamente e tem estimulado o crescimento econômico, penetração das marcas de empresas multinacionais no mercado indiano e o surgimento de uma nova classe de consumidores. (KAMDAR, 2008:77)

É inquestionável admitir que a Índia está passando por uma transformação em seu modo de consumir com a entrada de diferentes empresas internacionais, porém, os políticos indianos acreditam que o nível de consumo da população indiana ainda está muito abaixo da dos países ocidentais.

O *boom* de *shoppings centers* atraem a população para suas bolhas de ar condicionado. Neles se encontram uma área de lazer com diversos restaurantes, cinemas multiplex, áreas de recreação para as crianças, salas de jogos, boliches e discotecas. Os shoppings divulgam a imagem de que os indianos que convivem nesse ambiente estão integrados com o resto do mundo, mesmo sabendo que a maioria da população do país não tem dinheiro para comprar um pedaço de pizza em um dos restaurantes *fast-food*. (KAMDAR, 2008:130). O número de consumidores da Índia é enorme, mas ainda assim representa a minoria da população. Amplia-se a desigualdade social entre aqueles que podem e não podem comprar gerando tensões na estrutura social.

Conclusão

O propósito do presente artigo foi levantar questões sobre o impacto do crescimento econômico indiano para o desenvolvimento da população do país.

Inicialmente foi traçado um panorama histórico e econômico, desde o processo de independência da Índia até a última gestão consecutiva da família Nehru/Gandhi no governo indiano. Durante esses primeiros 40 anos de independência, os gestores do país optaram pelo desenvolvimento interno, através do processo de substituição de importações, focando na construção de uma indústria de base forte e independente. Esse período foi marcado pelo lento crescimento da economia indiana.

Com o final da Guerra Fria na década de 1980 e a dissolução da URSS em 1991 e os problemas econômicos internos, se intensificou a necessidade de uma abertura comercial que melhorasse o desempenho econômico do país. Uma série de reformas foram implantadas a partir desse período na tentativa de desenvolver economicamente o país que estava em meio a uma crise instaurada devido às políticas adotadas na década anterior por Rajiv Gandhi.

O principal mentor das reformas foi Manmohan Sing, no cargo de ministro das Finanças. Ele reduziu as tarifas de importação e outras barreiras ao comércio, diminuiu drasticamente as regulamentações impostas às empresas, desvalorizou a Rúpia e abriu a Índia para investimentos estrangeiros. A partir das reformas, o PIB do país começou a crescer em uma média de 8% ao ano. Este fato tornou a Índia um país de destaque dentre as maiores economias do mundo. As reformas foram responsáveis pelo crescimento do país, porém tiveram impacto negativo na redução da pobreza, pois mais da metade da população permanece extremamente pobre.

Entre os países que sofrem com o desnível social, a Índia ainda tem um agravante cultural: a questão das castas. Mesmo que este modelo de estratificação social tenha sido extinto oficialmente pela Constituição, a mobilidade entre os níveis sociais ainda é lento. Os resquícios e permanências provenientes do sistema de castas é um dos obstáculos para uma melhor distribuição de renda.

Com a intensificação do fluxo para as cidades em busca de trabalho e educação, verifica-se uma gradual mobilidade social, na qual emerge uma classe média indiana. Entretanto, a concentração de riqueza da camada social mais alta está aumentando e os “miseráveis” indianos estão cada dia mais pobres.

Nota-se que alguns segmentos tiveram um rápido aumento em seus ganhos, enquanto a massa trabalhadora ainda vive no país abaixo da linha de pobreza. Algumas medidas estão sendo tomadas pelo governo indiano para diminuir a diferença entre os níveis sociais, entretanto, diminuir a diferença entre as camadas da sociedade ainda é um dos maiores desafios do país.

Resumo

O principal objetivo do artigo é demonstrar como se deu o desenvolvimento da economia indiana e como os seus reflexos fizeram-se sentir sobre a população do país. Para isso foi traçado o perfil político indiano adotado desde a sua independência e suas políticas econômicas. Inicialmente foi elaborado um panorama histórico dos fatores que levaram a uma política anti-liberal e voltada para o desenvolvimento interno. A partir disso, foi possível verificar os índices de desenvolvimento do país mediante um regime fechado. Em um segundo momento parte-se da análise do impacto das reformas a partir de 1991 e como elas afetaram a economia e a população indiana. O objetivo foi mensurar as contribuições geradas com a abertura econômica. Desta forma, foi possível quantificar as melhorias geradas para a população e também os problemas que o aceleramento da economia gerou na desigualdade social.

Abstract

This article aims to demonstrate how was the development of Indian economy and how it affects the population of the country. Looking for demonstrate the changes in the profile Indian politician adopted since its independence and its economic policies. Initially will produce a historical overview of the factors that led to an anti-liberal and forward-house development. From there, you can check the rates of development of the country through a closed system. In a second step is studying the impact of reforms since 1991 and how it affected the economy and the Indian population. The goal is to measure the contributions generated by the economic opening. This will make it possible to quantify the improvements generated for the population and also the problems that led to the acceleration of economic inequality.

Palavras-chave: Abertura econômica. Desenvolvimento econômico. Desigualdade social.

Key words: Economic openness. Economic development. Social inequality

BIBLIOGRAFIA

AHLUWALIA, Montek S. India's economic reforms: an appraisal. In: SACHS, Jeffrey; BAJPAI, Nirupam (Ed.). *India in the era of economic reform*. New Delhi: Oxford University Press, 2000.

BAJPAI, Nirupam (Ed.). *India in the era of economic reform*. New Delhi: Oxford University Press, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUIANO, Gianfranco. Dicionário de Política. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

BRADNOCK, Robert W. *A Índia depois da Autarcia: o Desafio Político de Internacionalização*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Estratégias Índia e Brasil*. IPRI: Rio de Janeiro: 1997.

CHAUVIN, Sophie; LEMOINE, Françoise. *India in the World Economy: Traditional Specializations and Technology Niches*. Centre d'études prospectives et d'informations internationales (CEPII), 2003.

CRUZ, Sebastião Velasco. *Reformas Econômicas na Índia: Discurso e Processo*. Boletim de Economia e Política Internacional: Análise Estratégica. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2005.

CRUZ, Sebastião Velasco. *Trajetórias. Capitalismo Neoliberal e Reformas Econômicas nos Países da Periferia*. São Paulo: UNESP, 2007

DASGUPTA, A.K. *Growth, development and welfare*. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

GANDHI, M.K. *Collected Works of Mahatma Gandhi: Statement to Disorders Inquiry Committee*: India, 1920.

GHEMAWAT, Pankaj. *Redefinindo a estratégia global: Cruzando fronteiras em um mundo de diferenças que ainda importam*. São Paulo: Editora Artmed, 2008.

GUIMARÃES, Lytton. *Política Externa e Segurança da Índia. Implicações para o Fórum IBAS*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

HAUSS, Charles. *Comparative politics: domestic responses to global challenges*. 2 ed. St Paul, West Publishing Co., 1997.

JAKOBSEN, Kjeld. *Um olhar sobre o mundo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

JHINGAN, M. L. *The economics of development and planning*. 5° ed. Parte 6 – Planning in India, p. 503-681.

KAMDAR, Mira. *Planeta Índia: Ascensão turbulenta de uma nova potência global*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

LOHBAUER, Christian. *História das Relações Internacionais*. O século XX: do declínio Europeu à Era Global. São Paulo: Editora Vozes, 2005.

NASSIF, André. *Índia: economia, ciência e tecnologia: Em perspectiva a panorâmica com o Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

MELLO, Patrícia C. *Índia: Da miséria à potência*. São Paulo: Editora Planeta, 2008.

MUKHERJEE, Mridula. *IBSA in the context of India Foreign Policy*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

POMAR, Wladimir. *Curso de formação política internacional: Um olhar sobre a Índia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

RACINE, Jean-Luc. *A Índia no cenário político internacional emergente: Percepções, Preocupações e Expectativas*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Estratégias Índia e Brasil*. : Rio de Janeiro: IPRI, 1997.

RESERVE BANK OF INDIA: *Annual Report 2006-07*, 2007.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2000.

SEN, Amartya. *The argumentative Indian: writings on Indian history, culture and identity*. New York: Picador, 2005

SHIHAI, Sun. *Estratégia de desenvolvimento e desempenho econômico da Índia*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Estratégias Índia e Brasil*. Rio de Janeiro: IPRI, 1997.

SINGH, B.P. *India's Culture: The State, the arts and beyond*. Nova Delhi: Oxford University Press, 1999.

SINGH, Jaswant. *Foreign Relations of India: Select Statements*. Nova Delhi: External Publicity Division, 2000.

SINGH, Patwant. *Of dreams and demons: A memoir of modern India*. EUA: Kodash International, 1995

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico*. 5° edição – São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

SRINIVASAN, T. N. *Integrating India with the world economy*. In: KRUEGER, Ann O.; CHINOY, Sajjid Z. (Ed.). *Reforming India's external, financial, and fiscal policies*. Stanford: Stanford University Press, 2003. p. 17-51.

TAVARES, Maria da Conceição. *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil*. Ensaios sobre a Economia Brasileira. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

THE ECONOMIST COUNTRY PROFILE. *India*. Londres: Economist Intelligence Unit, 2008.

VIRMANI, Arvind. *The dynamics of competition: phasing of domestic and external liberalization in India*. Working Paper 4/2006 - Planning Commission. Government of India, 2006.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevz. *As bases do Ibas: O Desenvolvimento e a Inserção Internacional da Índia, do Brasil e da África do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

VOLADIN, Andrei. *A Índia em um cenário internacional de mudanças*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Estratégias Índia e Brasil*. Rio de Janeiro: IPRI, 1997.

WOODING, Hugh. *Indian and Foreign*, Nova Delhi, v.2, n° 21, p. 121-130, s/d

WORLD BANK. *India Include Growth and Service delivery: Building on India's Success*: Washington, 2006.